

**Notas e informações****A crise aí está**

O presidente José Sarney disse bem: sem amplo acordo, a futura Constituição será efêmera. A questão toda, no entanto, reside no fato de o chefe de governo escolher mal os que devem, por assim dizer, assinar o "pacto social"; para s. exa., o Executivo não é responsável por coisa alguma, cabendo aos políticos toda a responsabilidade pela crise. Se o presidente da República tivesse visão para dizer que se faz mister amplo acordo entre o Estado (como um todo) e a Nação para sairmos do *impasse*, teria dito verdade que o consagraria perante a História — em cujos registros deseja a todo custo ver inscrito seu nome.

O dissídio entre o Estado e a Nação torna-se cada dia mais evidente — mais do que evidente, gritante. Apesar da evidência da crise para os observadores da cena política e social, o Executivo timbra em não ver a verdade. De um lado, os homens da CUT anunciam a greve geral com o objetivo de obter da Assembleia Nacional Constituinte que inscreva, na nova Carta, tudo aquilo que eles reputam o ideal de progresso; de outro, o Executivo ameaça os constituintes com o recurso ao Supremo Tribunal Federal se a Constituição não sair de seu agrado; de um terceiro canto, os empresários estigmatizam o governo, no caso o Executivo. Não se pergunte a opinião dos profissionais liberais, dos funcionários públicos, dos militares. É só abrir os jornais para ver o que todos os setores que integram a sociedade brasileira pensam da situação; dir-se-ia que a greve geral que a CUT deseja decretar já está em marcha, isoladamente, tantos são os setores que param em busca de melhores condições de trabalho. Ora são médicos, ora são juizes, ora são aeroviários, ora... Quando será a vez dos militares?

A maior prova de que o conflito está aberto entre a Nação e o Estado foi dada pelas decisões do Fórum Informal dos Empresários, reunido em São Paulo. Pela primeira vez na história das associações que o integram — especialmente as de cunho sindical, portanto sujeitas legalmente ao que estatui a Consolidação das Leis do Trabalho — se viu protesto tão veemente contra documento ainda não tornado público oficialmente. Numa situação normal — dizíamos dias atrás — o correto seria esperar o envio do "pacote" ao Congresso Nacional, na forma de projeto de lei, para então comentá-lo, criticando-o ou apoiando-o.

Acrescentávamos, porém, que dada a anormalidade institucional que já se vive, e ante a ameaça de as medidas serem baixadas por decreto-lei, era mister denunciar aquelas que fontes ministeriais, quando não o próprio ministro da Fazenda, tornavam públicas.

O Fórum Informal dos Empresários procedeu de idêntica maneira — o que indica que o governo não merece mais confiança. É de suma importância para a compreensão dos fatos registrar que os presidentes das entidades de classe que se congregam no Fórum Informal emitiram seu pronunciamento depois que empresários, reunidos em almoço que se supunha festivo, vaiaram (discretamente, embora) o procônsul Ulysses Guimarães. Em outras palavras, e repetindo o que dizíamos ontem, a classe empresarial paulista retirou seu apoio ao atual esquema de poder. Retirou-o porque nele não pode mais confiar, depois de haver assistido, desde 1986, à desorganização consciente do processo econômico com o único objetivo de criar no público a impressão de que os empresários são gananciosos e que cada qual afeita o lucro que bem entende, sem respeito a nada.

Há, no documento do Fórum Informal dos Empresários, uma denúncia da maior gravidade: baixa-se uma reforma tributária e fiscal no instante em que na Assembleia Nacional Constituinte se discute o texto da nova Carta. Não será por coincidência que um dos capítulos do projeto da Comissão de Sistematização que menos críticas recebeu da sociedade, dos Estados federados e dos municípios tenha sido o relativo à ordem tributária, e que enquanto ele é discutido livremente o Executivo ameace baixar decreto-lei a pretexto de estabelecer a justiça fiscal, mas na realidade para fechar suas contas, que a nova classe, a oligarquia, não permitirá jamais sejam corretamente encerradas. Em outras palavras, os empresários denunciaram a grande fraude: em nome da justiça fiscal cuida-se autoritariamente de alimentar a hidra burocrática e transferir para o Estado o que resta do excedente em mãos dos particulares. Cuida-se, assim, louvando-se o apolitismo das Forças Armadas, de realizar o socialismo de Estado sem necessidade de qualquer alteração nas finalidades da Constituição — para usar terminologia do agrado do consultor-geral da República.

Na verdade, o que os empresários estão afirmando em palavras comedidas é que o País não confia mais em seu governo. Ora, país que não confia naqueles que o dirigem é país sem esperança. Ou se preferirem, nação sem Estado é nação sem presente — sim, porque quando trabalhadores e empresários, cada segmento com suas razões, manifestam sua total desconfiança na capacidade de o governo construir o bem comum, o Estado deixou de existir, a não ser como mera ficção jurídica sobre a qual o sr. Saulo Ramos pontifica.

Razões têm os empresários para não confiar. Pois não é o presidente da República o primeiro a comentar os progressos da mentalidade *albana*, atribuindo-os às manobras dos *xittas* na Constituinte, como se os atos dos *albaneses* na administração direta não fossem da alçada do chefe do governo? O presidente acredita que só os *xittas* estão levando o País a situar-se na contramão da História. O grave é que assim pensa e assim deixa transparecer, esquecendo-se de que são os atos administrativos de seu governo que colocaram o Brasil nessa perigosa rota de colisão com as potências industrializadas. O chefe de governo queixa-se de que desejam isolar o País e permite ao mesmo tempo que a SEI o feche e jogue a chave no Atlântico para que ninguém possa abrir as fronteiras tecnológicas da Nação. Pode-se confiar num governo cujo chefe cuida dos problemas do dia-a-dia de sua administração como se fossem de responsabilidade de outros governantes, possivelmente habitando em Marte?

Esta é a crise. O manifesto dos empresários paulistas apenas serve para pô-la a nu. Agora, é esperar para ver qual a reação do chefe do governo — cuidando para que não invista contra a iniciativa privada a pretexto de que não querem pagar impostos. Evidentemente, o País está cansado de pagar impostos para premiar a ineficiência e a irresponsabilidade. Sacrificios fazem-se no altar da Pátria, quando os que oficiam a cerimônia são dignos de fé. Ou não foi assim, por acaso, em 1964, quando o marechal Castello Branco, zelando por sua autoridade, fez da divisa "austeridade, grandeza e progresso" o lema de um governo de que todos se lembram com saudade?